

FORNECIMENTO: FORNECIMENTO CONTÍNUO DE EMULSÃO E MISTURAS BETUMINOSAS PARA O CONCELHO DE
POMBAL (2014) - LOTE 1 - EMULSÃO

ENTIDADE ADJUDICANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL

2014



Isidoro Correia da Silva, Lda
Praça José Falcão, nº 62
3220-206 Miranda do Corvo
T 239 530 030 F 239 530 039
e-mail: isidoro.lda@grupoisidoro.pt

PROPOSTA: ANEXO I

PROPOSTA – ANEXO I

1. ANEXO I

1. **ISIDORO CORREIA DA SILVA**, titular do cartão de cidadão número 1509694, válido até 02/02/2014, residente na Rua João Paulo II, em Miranda do Corvo, na qualidade de representante legal de **ISIDORO CORREIA DA SILVA, LIMITADA**, Empreiteiros de Obras Públicas, com sede social em Vale Longo - Penela, contribuinte fiscal número 500.142.459, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **FORNECIMENTO CONTÍNUO DE EMULSÃO E MISTURAS BETUMINOSAS PARA O CONCELHO DE POMBAL (2014) - LOTE 1 - EMULSÃO** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) Declaração de aceitação do caderno de encargos (Anexo I)
 - b) Proposta: Declaração de Preço de acordo com Anexo II do programa de concurso
 - c) Declaração de compromisso quanto ao prazo de entrega dos produtos a fornecer
 - d) Lista de Preços Unitária
 - e) Declaração de Conformidade e Ficha Técnica (EAM2)
 - f) Descritivo das viaturas e equipamentos a utilizar para a entrega e descarga dos produtos a fornecer
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento];
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

PROPOSTA – ANEXO I

- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
- i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção Relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção **acessória** de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.



Isidoro Correia da Silva, lda

sede

Vale Longo
3230-337 Penela
t 239 550400 f 239 550409

escritórios

Praça José Falcão
Apartado 15, N.º 62
3220-206 Miranda do Corvo
t 239 530030 f 239 530039

mail

isidoro.lda@grupoisidoro.pt
web
grupoisidoro.pt

Alvará n.º 9026 Contribuinte 500 142 459 C.R.C. Penela 500 142 459 C.S. € 2.000.000,00

PROPOSTA – ANEXO I

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Miranda do Corvo, 30 abril 2014